

Estudo mostra desigualdade em queda

Cidades mais pobres pagaram menos impostos e receberam mais benefícios

Geralda Docia

• BRASÍLIA. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) publicou um estudo sobre transferência de renda, mostrando que as políticas de distribuição de renda começam a funcionar e a diminuir as desigualdades sociais. A pesquisa, realizada com base na renda das famílias em 1999 concluiu que os moradores das cidades mais ricas pagaram mais R\$ 89,51 em impostos do que receberam em benefícios sociais. Em contrapartida, o morador das cidades mais pobres recebeu R\$ 120,06 a mais em benefícios sociais do que pagou de impostos.

No Nordeste estão 18% das cidades mais pobres do país

O cálculo levou em consideração o quanto cada município pagou em impostos e contribuições e o quanto recebeu em benefícios previdenciários, seguro-desemprego, bolsa-escola e farmácia básica. O estudo faz parte das iniciativas discutidas no encontro anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizado no mês passado em Fortaleza, cujo tema principal foi a desigualdade social na América Latina.

Os pesquisadores dividiram os 5.505 municípios que existiam



GUSTAVO GOMES, do Ipea: "Rio recebeu R\$ 5 bilhões e pagou R\$ 7 bilhões"

em 1999 em cinco categorias de 1.100 cada, de acordo com a renda média das famílias. Nas cidades mais pobres ficou na faixa de R\$ 231,50 a R\$ 1.114,60 e nas mais ricas, entre R\$ 3.392,60 a R\$ 13.803,30. Dos 20% das cidades mais pobres do país, 18,17% estão na região Nordeste. Em segundo lugar vem o Norte de Minas com 0,91%. Entre as mais ricas, 11,40% estão no Sudeste (com exceção do norte mineiro) e 6,15% na região Sul.

Em 1999, o gasto total com

benefícios ficou em R\$ 64,9 bilhões. Desse total, o Rio recebeu cerca de R\$ 5,06 bilhões e contribuiu com R\$ 7,2 bilhões. A diferença de R\$ 2,2 bilhões foi para municípios mais pobres. A participação de São Paulo na transferência de renda foi ainda maior, chegando a R\$ 6,1 bilhões.

— Os programas do governo federal são importantes na distribuição de renda, ainda que não sejam capazes de transformar a economia local — disse um dos autores da pes-

quisa, o diretor de Estudos Regional e Urbano do Ipea, Gustavo Maia Gomes.

O estudo mostra, ainda, que em termos de benefícios totais — sem descontar o quanto cada um pagou e quanto recebeu — as cidades mais ricas ainda recebem mais. Ficaram com uma fatia de 71,48% do bolo, enquanto que as pobres ganharam apenas 4,39%. Apesar disso, a ajuda do governo federal representou 29,01% na renda das famílias nas cidades mais pobres e apenas 12,83% nas mais ricas.

Prioridades para cidades com indicadores sociais ruins

Segundo o diretor do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcelo Neri, os resultados da pesquisa do Ipea são positivos porque as regiões mais pobres não têm condições de erradicar a pobreza local apenas com recursos próprios. Enquanto para acabar com a indigência em São Paulo, cada cidadão acima da linha de pobreza precisaria desembolsar R\$ 4,80 por mês, no Piauí, seria necessária R\$ 55.

Na avaliação do economista da FGV, a área social no país está mudando e cita o projeto Alvorada, que dá prioridade na destinação dos recursos aos municípios com os piores indicadores sociais. ■

Givaldo Barbosa